



51 - Q16247 (Prova: FCC - 2009 - TRT - 7ª Região (CE) - Analista Judiciário - Área Judiciária - Execução de Mandados / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

Peter era inglês e residia em Londres, tendo falecido quando estava em viagem de turismo em Lisboa, Portugal. Seus bens imóveis situam-se em Paris, França, e sua empresa tinha sede em Madri, Espanha. Seus filhos são domiciliados no Brasil, na cidade de Santos. De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro, a sucessão pela morte de Peter obedecerá à lei

- a) da Inglaterra.
- b) do Brasil.
- c) de Portugal.
- d) da França.
- e) da Espanha.

52 - Q47552 (Prova: FCC - 2009 - TRT - 7ª Região (CE) - Analista Judiciário - Área Judiciária / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

A respeito da vigência da lei, em Direito Civil, pode-se afirmar que

- a) a lei nova que estabeleça disposições especiais a par das já existentes não revoga nem modifica a lei anterior.
- b) nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- c) não se consideram lei nova as correções a texto de lei já em vigor.
- d) a lei revogada, salvo disposição em contrário, se restaura se a lei nova tiver perdido a vigência.
- e) a lei começa a vigorar em todo o país, na data em que foi oficialmente publicada.

53 - Q126679 (Prova: FCC - 2009 - TCE-GO - Analista de Controle Externo - Direito / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil, é correto afirmar que

- a) a sucessão por morte obedece à lei do país em que estiverem situados os bens deixados pelo falecido.
- b) rege os casos de invalidade do matrimônio, tendo os nubentes domicílios diversos, a lei do domicílio do marido.
- c) chama-se coisa julgada o ato já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
- d) a lei começa a vigorar em todo o país, salvo disposição contrária, na data de sua publicação.
- e) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a anterior.

54 - Q15137 (Prova: FCC - 2009 - TRT - 15ª Região - Analista Judiciário - Área Judiciária - Execução de Mandados / Direito Civil / Princípios Gerais de Direito Civil; Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

Denomina-se *vacatio legis*

- a) o período de tramitação da lei no Congresso Nacional.
- b) o instituto de direito não regulamentado por lei.
- c) o período de vigência da lei temporária.
- d) o intervalo entre a data da publicação da lei e a da sua entrada em vigor.
- e) a situação jurídica dos fatos regulamentados por lei revogada.

55 - Q12855 (Prova: FCC - 2009 - PGE-SP - Procurador do Estado / Direito Civil / Princípios Gerais de Direito Civil; Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

No que diz respeito à vigência da norma jurídica,

- a) a revogação de uma lei opera efeito repristinatório automático em caso de lacuna normativa.
- b) a lei não pode ter vigência temporária.
- c) a lei começa a vigorar em todo país, salvo disposição contrária, 40 (quarenta) dias depois de oficialmente publicada, denominando-se período de *vacatio legis*.
- d) a ab-rogação é a supressão parcial da norma anterior, enquanto a derrogação vem a ser a supressão total da norma anterior.
- e) os efeitos da lei revogada poderão ser restaurados se houver previsão expressa na lei revogadora.

56 - Q12606 (Prova: FCC - 2009 - TJ-PA - Analista Judiciário - Área Judiciária / Direito Civil / Princípios Gerais de Direito Civil; Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

Sendo o ser humano sujeito de direitos e deveres, nos termos do disposto no art. 1º do Código Civil, pode-se afirmar que:

- a) capacidade se confunde com legitimação.
- b) todos possuem capacidade de fato.
- c) capacidade é a medida da personalidade.
- d) não existe mais de uma espécie de capacidade.
- e) a capacidade de direito é sinônimo de capacidade limitada.

57 - Q12609 (Prova: FCC - 2009 - TJ-PA - Analista Judiciário - Área Judiciária / Direito Civil / Princípios Gerais de Direito Civil; Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

Sendo a lei um conjunto de normas que regulam o comportamento humano, é correto afirmar que:

- a) A lei, embora nascendo com a promulgação, só começa a vigorar com a sua publicação, 90 dias mais tarde.
- b) A lei passa obrigatoriamente por três fases: a da elaboração, a da promulgação e a da publicação, ainda que em eventual regime de exceção que esteja vivendo o país.
- c) A despeito de nascer com a promulgação, a lei pode excepcionalmente começar a vigorar com a sua publicação, 60 dias mais tarde.
- d) A lei entra em vigor na data da sua publicação, não há possibilidade de que venha a vigorar em data mais remota.
- e) Se durante a *vacatio legis* ocorrer a nova publicação de seu texto, para a correção de falha de ortografia, o prazo da obrigatoriedade não começará necessariamente a correr da nova publicação.

58 - Q57830 (Prova: FCC - 2009 - DPE-MA - Defensor Público / Direito Civil / Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

Segundo a Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/42):

- a) quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes, a equidade e os princípios gerais de direito.
- b) salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente promulgada.
- c) nos Estados, a obrigatoriedade da lei federal iniciase três meses depois de oficialmente publicada, salvo disposição contrária.
- d) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- e) salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

59 - Q12983 (Prova: FCC - 2009 - MPE-CE - Promotor de Justiça / Direito Civil / Princípios Gerais de Direito Civil; Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB);)

A elaboração de texto legal deve observar regras técnicas estabelecidas na Lei Complementar n.º 95, de 26/02/1998, entre as quais a indicação de sua vigência, "de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula 'entra em vigor na data de sua publicação' para as leis de pequena repercussão",

- a) contudo, nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia sempre 90 (noventa) dias depois de oficialmente publicada.

- b)** por isto não mais vigoram as disposições da Lei de Introdução ao Código Civil, a respeito da *vacatio legis*.
- c)** entretanto, salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país 45 (quarenta e cinco) dias depois de oficialmente publicada.
- d)** logo, ao Juiz caberá estabelecer o momento em que a lei entrará em vigor, caso não estabelecido prazo razoável de *vacatio legis*.
- e)** por este motivo, são inconstitucionais as leis ordinárias que não estabelecem prazo de *vacatio* ou não determinem a entrada em vigor na data de sua publicação.

60 - Q12984 (Prova: FCC - 2009 - MPE-CE - Promotor de Justiça / Direito Civil / Princípios Gerais de Direito Civil; Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB); Prescrição e Decadência; Parte Geral;)

Considere as seguintes afirmações a respeito da prescrição e decadência, reguladas pelo Código Civil:

- I. Pode o Juiz, de ofício, reconhecer a ocorrência da prescrição e da decadência legal ou convencional.
- II. Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva, embora a responsabilidade civil seja independente da criminal.
- III. Salvo se se tratar de obrigações ou direitos indivisíveis, a interrupção da prescrição por um dos credores solidários, não aproveita aos outros, assim como a interrupção efetivada contra o devedor solidário não envolve os demais ou seus herdeiros.
- IV. Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.
- V. Não corre o prazo prescricional, nem o prazo decadencial contra os absolutamente incapazes.

Estão corretas as afirmações

- a)** III, IV e V.
- b)** II, IV e V.
- c)** II, III e IV.
- d)** I, III e V.
- e)** I, III e IV.

GABARITOS:

51 - A 52 - A 53 - E 54 - D 55 - E 56 - C 57 - B 58 - D 59 - C 60 - B



É praticando que você aprende! - www.questoesdeconcursos.com.br

[« Previous](#) [1](#) [2](#) [3](#) [4](#) [5](#) [6](#) [7](#) [8](#) [Próximo](#)